

O SIGNIFICADO DO SILÊNCIO: A AUSÊNCIA DE COR NA ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO EM MANCHETES JORNALÍSTICAS DE CARÁTER RACIAL

Angelo Roberto Gonçalves Ribeiro
UFTM
angeloribeiro86@gmail.com

Janaína Zaidan Bicalho Fonseca
UFTM
jzletras@gmail.com

Este trabalho, realizado sob a égide de uma Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA-LOPES, 2006), pretende colocar em análise manchetes jornalísticas que focalizam os negros como alvo da violência e da negligência social, na tentativa de problematizar a construção de sentidos resultante do apagamento da adjetivação e da naturalização do preconceito em nossa sociedade. A adoção dessa abordagem enunciativa pela mídia certamente está atrelada ao nosso passado histórico de escravidão, cuja dívida moral ainda não foi saldada, prolongando-se discursivamente por meio de uma materialidade linguística que revela forte inclinação pela exclusão social dos negros. É nesse sentido que este trabalho pretende caminhar: observando, nas práticas discursivas, como o negro é construído, a fim de buscar compreender o pensamento político e ideológico sustentado na superfície textual. Para além disso, este estudo também buscará, à luz da reconstrução de sentidos, ressignificar o grupo social vítima de marginalização, lançando mão da reescrita das manchetes, no intuito de tensionar, dialogicamente, a perpetuação dos modos de dizer sobre o negro, cristalizados historicamente. Assim, é na pretensa regulação polifônica que se deseja demonstrar novas formas de referenciação ao negro no curso discursivo. Para isso, foi selecionado um pequeno *corpus* de manchetes publicadas em mídia digital, correspondentes a jornais de diferentes regiões do país. Em todas elas, observa-se uma abordagem preconceituosa e excludente por parte das instituições de segurança pública acerca do assassinato de cidadãos brasileiros negros, em uma abordagem que relativiza a violência e apaga a vítima. Com a finalidade de demonstração analítica, colocamos em tela o seguinte texto, publicado pelo Correio Brasiliense, em abril de 2019: “O Exército não matou ninguém, não”, diz Bolsonaro sobre músico fuzilado.” Conforme podemos observar, a manchete do Correio Braziliense inicia-se com um enunciado proferido verbalmente pelo atual presidente da república, seguido de um verbo declarativo. Esse mecanismo é reconhecido por meio das aspas, graficamente marcadas, que denotam essa constatação. O texto usa esse recurso com o intuito de chamar atenção para o dito e explicitar claramente o posicionamento do emissor, buscando uma suposta posição de imparcialidade ao informar. Apesar disso, observa-se um embate polifônico, pois, quando se afirma que o músico foi fuzilado, nega-se ou desmerece-se a informação primeira de que o Exército não teria matado ninguém. Logo, a manchete é construída em um processo de tensão discursiva que, ao ativar o verbo “fuzilar”, aciona uma rede semântica comum ao espaço

militar. Se semanticamente chega-se a essa conclusão, sintaticamente a construção da sentença não obriga o uso de agente da passiva (fuzilado por alguém), sendo esta a estratégia argumentativa encontrada pelo jornal para manter a encenação de imparcialidade. É importante contextualizar que o carro de uma família negra foi alvejado por 80 tiros durante uma operação do Exército que caçava um delinquente, e tinha como suspeita as características daquele carro. O motorista negro, pai, músico, segurança, morreu. A manchete jornalística silencia-se, pois não é possível, ao lê-la, inferir que o crime teria motivação preconceituosa por parte do Exército, uma vez que o apagamento da adjetivação da cor da pele das vítimas resulta na impossibilidade de o leitor estabelecer uma conexão sobre a possível motivação do crime. Baseado em uma suposta imparcialidade dos fatos, o jornal apaga a possível motivação do crime, escolhendo adjetivar a vítima por sua profissão, a de músico, privando os leitores da atribuição de sentido de racismo, pois a questão da cor da pele da vítima e de sua família é importantíssima para a completa notificação dos fatos e posterior possibilidade de interpretação do leitor. Na reconstrução de sentido, a proposta se baseou na evidenciação das marcas de exclusão social sofrida pelos negros, grupo marginalizado socialmente e objeto de análise desse trabalho. Porém, até aqui, é possível observar não marcas, mas o seu apagamento, ou seja, é dizer que elas existem, mas em um nível interpretativo mais atento, menos visível, não expresso na superfície textual. É possível constatar que a manchete jornalística não é suficiente para expressar o tamanho da violência a respeito desse grupo atingido – uma minoria social que carece de atenção sobre seus direitos básicos. Ela não dá conta da problematização e tampouco causa algum efeito reflexivo na população, ao contrário, mantém um olhar passivo, encapuzado pelo falso sentido de imparcialidade jornalística, legitimando um posicionamento de naturalização diante das violências contra as minorias. Propõe-se, por isso, a seguinte reescrita: “O Exército não matou ninguém, não”, afirma Presidente brasileiro negando o óbvio fuzilamento de natureza racista.” Resolveu-se trocar o verbo declarativo “diz” para “afirma” com o propósito de expressar segurança na retomada discursiva. Trocou-se “Bolsonaro” por “Presidente brasileiro” em uma tentativa de enfatizar a escabrosa declaração feita por uma autoridade máxima do país. Utilizou-se também o verbo “negar” e o adjetivo “óbvio” resultante do sentido que o acontecido é um fato, aquilo que não pode ser mudado, nem alterado. Foi, ainda, adicionada a motivação do crime de “natureza racista” para explicitar e marcar os agentes da ação, assim como evidenciar a violência sofrida pela família. Conclui-se que as práticas de escrita precisam ser repensadas, a fim de fazerem jus a posicionamentos que tomem partido dos sujeitos aliados dos benefícios da modernidade.

Palavras-chave: escrita; produção de sentidos; minorias sociais.

Referências

MOITA LOPES, L. P. da. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.